

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.578 - BA (2019/0356919-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : PEDRO CORDEIRO DE ALMEIDA NETO
ADVOGADO : PEDRO CORDEIRO DE ALMEIDA NETO - BA021394
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : IDELSON BATISTA DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IDELSON BATISTA DO NASCIMENTO, no qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - HC n. 8023111-95.2019.8.05.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso desde 16 de janeiro de 2016, sem que tenha sido proferida a sentença, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que até a presente data não houve a apresentação alegações finais por parte da acusação.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade em virtude do apontado excesso de prazo.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a Desembargadora Relatora consignou que a liminar em *habeas corpus* "é medida extraordinária, cabível quando, em juízo superficial, reste demonstrada a apontada ilegalidade do ato combatido, bem como evidenciados, de plano, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, pressupostos que autorizam o deferimento da tutela de urgência pretendida", não verificando, no caso em exame, "a existência de constrangimento ilegal a ser sanado em caráter de urgência", pois "em face da alegação de excesso prazal", é "necessária a manifestação da Autoridade coatora" (e-STJ fl. 9).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do

Superior Tribunal de Justiça

juízo de mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi

Relator

